

RESPEITO E RESPONSABILIDADE

Swedenberger Barbosa

As medidas do Governo Democrático e Popular com relação ao Acampamento da Telebrasília e à Invasão da Estrutural estão resolvendo dois problemas. No primeiro caso, garantindo o direito dos moradores de ocupações históricas de permanecerem na área ocupada e, no segundo, protegendo os recursos hídricos do Distrito Federal. Essas medidas estão dentro do esforço que o governo vem realizando para tornar Brasília uma Cidade Legal.

Criado em 1956 para receber trabalhadores que vieram construir a nova capital, o Acampamento da Telebrasília insere-se entre os núcleos urbanos instituídos durante a implantação da capital, considerados "setores institucionalizados" passíveis de fixação, de acordo com o Decreto 10.829/87 e com a Portaria 314 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No entanto, é o único acampamento pioneiro que ainda não foi regularizado. Os outros três (Vila Planalto, Vila Metropolitana e Candangolândia) foram regularizados em governos anteriores, dentro de áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico.

Assim, amparado pela lei, o governo vem trabalhando para garantir a permanência definitiva dos moradores no Acampamento da Telebrasília. Para isso, já realizou todos os estudos ambientais e urbanísticos, os quais concluíram pela fixação da comunidade na área.

No caso da Invasão da Estrutural, o Governo Democrático e Popular vem sendo coerente

com a sua política habitacional e com os princípios da legalidade. Estudos ambientais feitos ainda no governo anterior reprovaram a fixação de famílias e indústrias pesadas na Estrutural por oferecerem risco aos recursos hídricos da região, o que poderia prejudicar toda a população do DF.

O governo não está ignorando que muitas das famílias que invadiram a Estrutural o fizeram movidas pela necessidade. Além disso, é do conhecimento de todos que alguns membros do PMDB e do PSDB locais se aproveitaram dessa necessidade e estimularam invasões com fins claramente políticos. Desse modo, para promover a legalidade, zelar pelos recursos naturais do DF e, ao mesmo tempo, oferecer alternativa a essas pessoas, o governo cadastrou cerca de 3.300 invasores da área e, dentro de rígidos critérios estabelecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab), já transferiu pacificamente mais de mil moradores para lotes com infraestrutura básica no Riacho Fundo e Recanto das Emas.

Assim, nas duas situações, a política habitacional implementada pelo Governo Democrático e Popular é coerente e de respeito à legalidade. Como tem afirmado o governador Cristovam Buarque, "o que as diferencia é que, no caso do Acampamento da Telebrasília, o governo adota uma atitude de respeito ao passado e, no da Invasão da Estrutural, de responsabilidade com o futuro".

■ Swedenberger Barbosa é secretário de Governo

01 MAR 1998

CORREIO BRASILENSE